

3

Discursos de actores sociais sobre alterações climáticas

Anabela Carvalho

Resumo

Que discursos sobre as alterações climáticas são formulados por diferentes actores sociais em Portugal? Que visões e propostas são avançadas face ao problema? A construção social das alterações climáticas depende da informação, argumentos e perspectivas disseminadas por cientistas, Governo, ONGs e outras entidades. Este capítulo produz uma análise da forma como vários actores sociais ‘pensam’ as alterações climáticas e os riscos e responsabilidades associados à questão. Centrando-se sobre a documentação disponível no ciberespaço português, o capítulo recorre à análise de conteúdo e à análise de discurso para examinar comparativamente o que dizem diferentes entidades e conclui que as alterações climáticas são construídas sob o prisma dos discursos do *desenvolvimento sustentável* e da *modernização ecológica* numa abordagem predominantemente técnico-gestionária.

1. Introdução

Se o ambiente não fala por si, quem falará? Esta pergunta, muitas vezes parafraseada, salienta a necessidade de reconhecer a importância de diferentes agentes na construção social dos problemas ambientais. As alterações climáticas, com a sua natureza difusa no espaço e no tempo, requerem, ainda com maior acuidade do que outros problemas, a voz de ‘claims-makers’ (e.g. Hannigan, 1995), ou seja, os vários actores sociais que definem a questão. Dado tratar-se de uma questão multifacetada, é expectável que múltiplos indivíduos e múltiplas instituições se pronunciem sobre ela e que o façam numa grande variedade de fóruns. É também expectável que as interpretações das alterações climáticas propostas por alguns actores sociais tenham uma influência particularmente forte sobre os media e, portanto, também, sobre os debates que têm lugar em cada sociedade sobre esta matéria.

Este capítulo procura responder às seguintes questões: Que discursos sobre as alterações climáticas são formulados por diferentes actores sociais em Portugal? Que visões e propostas são avançadas face ao problema? Começa-se por uma breve discussão de estudos relevantes e prossegue-se com uma análise da documentação de diferentes actores sociais disponível na Internet.

2. Estudos sobre discursos de diferentes actores sociais relativamente às alterações climáticas

O processo de apresentação pública de dados, argumentos e pontos de vista ('claims-making') é uma condição indispensável para que a atenção pública e política incida sobre uma questão. Ou seja, a visibilidade pública e política de uma determinada matéria ou domínio está dependente do facto de determinados agentes denunciarem o problema, falarem sobre o seu significado e o constituírem discursivamente como um risco.

Beck (1992) afirma que a invisibilidade social é uma das principais características dos riscos ambientais modernos. Os cientistas e organizações científicas têm uma posição privilegiada na sua detecção e interpretação, sendo o conhecimento especializado de tal modo importante que Beck afirma que as 'relações de definição' (e não as 'relações de produção' de Karl Marx) são as principais linhas de conflito e de diferenciação na actual sociedade de risco. Muitas das questões debatidas nos círculos de decisão política e na esfera pública relativamente às alterações climáticas prendem-se com conhecimento: Como é que a composição da atmosfera está a evoluir? Quais são as causas e as consequências de tal evolução? Como é que o problema pode ser combatido? A ciência é assim um campo basilar na construção social e política das alterações climáticas.

O interface entre ciência e política envolve vários tipos de pressões, dilemas e desafios. Uma das questões potencialmente contenciosas nas relações entre o campo da ciência e o campo da política é a incerteza no conhecimento científico. As representações da incerteza são particularmente importantes no campo das alterações climáticas, dada a sua complexidade científica e as exigências políticas que coloca (e.g. Shackley & Wynne, 1996). Enquanto a incerteza é uma componente normal do processo de investigação e é associada na comunidade científica a rigor e objectividade com formulações discursivas que envolvem probabilidades e percentagens, esta é reduzida no mundo político a dois extremos – a opção pela inacção, sendo a incerteza enfatizada – ou a acção – em cujo caso a questão da incerteza é suspensa.

A incerteza pode servir, discursivamente, para legitimar mais investigação científica e para impulsionar um reforço do poder dos cientistas relativamente a uma determinada questão, com a exclusão de outros actores sociais (Zehr, 2000). A incerteza científica pode, por outro lado, ser usada para justificar a resistência a políticas de mitigação, tal como aconteceu nos EUA durante as administrações de George Bush Sr. e George W. Bush.

O conhecimento científico das alterações climáticas tem sido fortemente contestado por alguns grupos sociais que têm procurado amplificar a ideia de incerteza em relação aos aspectos mais fundamentais do problema – a intensificação do efeito de estufa, o seu carácter antropogénico e os impactos sobre o clima global – ou mesmo negar, taxativamente, tais aspectos. McCright & Dunlap (2003) demonstram como o movimento conservador norte-americano se mobilizou para destacar a ‘não-problematividade’ das alterações climáticas aliando-se a ‘think tanks’ de direita, à indústria dos combustíveis fósseis e a cientistas que por motivos ideológicos (Lahsen, 2008), financeiros ou outros se assumiram como ‘cépticos’ relativamente a esta questão. Outros autores (e.g. Oreskes & Conway, 2010) têm analisado as múltiplas tácticas de promoção das alegações dos ‘negacionistas’, que envolvem campanhas mediáticas, publicação de livros, organização de conferências e outras.

Por parte dos cientistas que têm vindo a demonstrar a ocorrência das alterações climáticas, o discurso tende a ser reservado e sóbrio por uma questão de ‘estilo’ profissional e devido à permanência de incertezas, como referido acima. Na sua análise da evolução dos discursos sobre as alterações climáticas na Alemanha, nas esfera científica, política e mediática, Weingart, Engels & Pansegrau (2000) apontam o facto, relativamente excepcional, de já em 1986 um grupo de cientistas se ter referido à questão em termos catastrofistas, o que terá gerado uma onda mediática de excessivo dramatismo. Comunicar a existência de um risco elevado e com carácter de urgência dando espaço às incertezas existentes no conhecimento é um enorme desafio para a comunidade científica⁹.

Como é que os agentes políticos têm construído discursivamente as alterações climáticas? Em primeiro lugar, há que referir a forma como o discurso científico sobre alterações climáticas tem sido recontextualizado no âmbito do discurso político. Como sugerido acima, por parte de alguns actores políticos, as incertezas e as zonas de desconhecimento científico

⁹ Alguns cientistas têm optado por relevar a dimensão do risco e a possibilidade de mudança abrupta e irreversível através de expressões como ‘tipping points’ (no sistema climático da Terra) (Russill, 2008).

relativamente a esta questão têm sido transformadas em justificações para a inacção. Por outro lado, outros actores políticos têm adoptado o princípio da precaução no seu discurso, sendo que, face a riscos ambientais elevados e à complexidade da questão, optam pela defesa de medidas de mitigação.

Num estudo sobre o Reino Unido, Carvalho (2005) mostrou como as alterações climáticas foram apropriadas por vários Primeiros Ministros para legitimar e sustentar outros projectos, tal como o investimento na indústria nuclear. Dada a sua natureza complexa e multifacetada, as alterações climáticas têm sido sujeitas a múltiplas formas de manipulação discursiva no foro político, em particular no que diz respeito a políticas energéticas.

A questão foi também sujeita a uma estratégia discursiva de globalização, ou seja, ao invés de se focarem na responsabilidade dos países com maiores emissões de gases com efeito de estufa, vários governos e actores políticos influentes (e.g. George Bush Sr. e Margaret Thatcher) procuraram constituir as alterações climáticas num problema global, em que todos os países estariam envolvidos e em cuja resolução todos teriam que participar (Carvalho, 2005). Roe (1994) considera que a escala do ‘global’ é usada para rejeitar a análise das alterações climáticas a níveis espaciais inferiores (local, regional, nacional). Na sua opinião, perspectivar as alterações climáticas como um problema global significa que só uma intervenção ao nível global pode ser eficaz. Tal formulação tem, portanto, uma função prescritiva e desculpa a inacção local e nacional (que é onde as emissões de gases com efeito de estufa são geradas). Para além destes efeitos discursivos no âmbito político, a investigação tem mostrado que os cidadãos consideram as alterações climáticas como um problema global e tendem a desvalorizá-las no espaço geográfico que habitam (e.g. Cartea & Blanco, 2008). Tal poderá dever-se, pelo menos em parte, às formas de representação mediática da questão. Vários estudos têm concluído que a questão das alterações climáticas é frequentemente perspectivada nos media como uma questão de política intergovernamental ou uma questão transnacional (Carvalho & Pereira, 2008; Olausson, 2009; Sampei & Aoyagi-Usui, 2009) e quase nunca como uma questão local. A construção discursiva das alterações climáticas como um problema global, conduzida por determinados actores políticos, terá tido um efeito estruturante.

Os discursos políticos sobre as alterações climáticas estão longe de ser unívocos. É bem conhecido o facto de que há, desde os anos 90, significativas diferenças de posicionamento por parte de países e grupos de países. Enquanto alguns aceitam o consenso científico que aponta para a intensificação das alterações climáticas antropogénicas e procuram alcançar acordos internacionais para uma efectiva mitigação (e.g. União Europeia,

Aliança dos Pequenos Estados Insulares), outros têm essencialmente bloqueado as negociações internacionais (e.g. EUA, Arábia Saudita).

Um ponto comum a praticamente todos os governos é a centralidade da economia. Liftin (2000) argumenta que a autoridade estatal nos tempos modernos está fortemente ligada à capacidade dos governos de promoverem a prosperidade económica. Dada a relação que tem existido entre geração de riqueza e utilização de combustíveis fósseis, as alterações climáticas colocam, a seu ver, desafios ao papel do Estado como garante de produção de riqueza e, portanto, à sua legitimidade. Neste quadro, o discurso do ‘desenvolvimento sustentável’ (World Commission on Environment and Development, 1987) é altamente apelativo para os Estados. Prometendo a conciliação do ambiente com a economia, tornou-se numa linguagem consensual mas também (ou talvez ‘porque’) altamente ambígua (e.g. Luke, 1995). Nalguns usos, o conceito é praticamente equivalente a ‘crescimento económico sustentado’ com alguns tons de verde. Nas versões mais optimistas desta linha discursiva, as práticas de protecção ambiental transformam-se mesmo num motor de crescimento económico: através de soluções tecno-científicas inovadoras seria possível melhorar o estado do ambiente e dinamizar as economias, com criação de emprego e ganhos financeiros. Não é de estranhar que este chamado discurso da ‘modernização ecológica’ se tenha vindo a tornar num importante aliado político relativamente a vários problemas ambientais (e.g. Hajer, 1995; ver tipificação de Dryzek, 1997, mais abaixo). O problema com este discurso é que alimenta a ideia de que não existem limites ao consumo, por um lado, e, por outro lado, não está provada a sua eficácia em larga escala de uma forma que conduza a uma mitigação significativa das emissões de gases com efeito de estufa.

Nas últimas décadas, as organizações não-governamentais (ONGs) que operam na área do ambiente têm vindo a afirmar-se como actores sociais de relevo. Seja na defesa da Antárctica, na protecção dos oceanos ou da camada de ozono estratosférico (e.g., Ringius, 1997), as associações ambientais tornaram-se verdadeiros ‘pivots’ da acção cívica, procurando representar o ambiente e aqueles que dele dependem. A sua influência e projecção dependem, naturalmente, dos seus recursos organizacionais e financeiros, como ilustrado pelas diferenças entre a Greenpeace e inúmeras pequenas (e, na maior parte dos casos, desconhecidas) organizações que operam ao nível nacional ou local.

No campo das alterações climáticas, Gough & Shackley (2001) apontam três modos de participação das ONGs: ‘lobbying’ e campanhas; desenvolvimento de soluções políticas criativas; e construção de conhecimento. De facto, para além de procurarem exercer pressão e influenciar

decisões no sentido da protecção do ambiente, as associações ambientais dão ainda importantes contributos para o debate em termos de propostas de acção, e em termos de recolha e tratamento de dados sobre o estado do ambiente.

A face mais conhecida do chamado ‘discurso ambientalista’ liga-se com as acções levadas a cabo por ONGs como a Greenpeace ou outras mais recentes mas que recorrem a tácticas semelhantes (por exemplo, Plane Stupid, no Reino Unido). Dirigindo-se claramente aos media, estas organizações procuram obter visibilidade pelo choque, surpresa ou superlatividade do comportamento: os activistas que procuram enfrentar enormes navios em pequenos botes, aqueles que se acorrentam aos portões de uma empresa, a faixa que é pendurada na Torre Eiffel chamando a atenção para as emissões de gases com efeito de estufa. O carácter algo espectacular e dramático deste tipo de discurso acarreta muitas vezes um custo de credibilidade e também um risco de superficialidade na comunicação: estas organizações obtêm espaço nos media mas as questões pelas quais se pugnam não são adequadamente discutidas, sendo que é a acção e os seus agentes, e não o problema a que se referem, que se tornam notícia (e.g. Gitlin, 1980).

Lester & Hutchins (2009: 591) vêem nos novos media oportunidades únicas de comunicação para as ONGs, referindo-se à ...

...‘capacity of the internet and the web for *sustainable self-representation* (see Couldry, 2003b). Systematic and ongoing experimentation with self-representation via online communication promises to avoid both the fickleness of changing news agendas, the vicissitudes of reporting and editorial practices, and the contending corporate interests of large-scale news conglomerates.’

O seu estudo sobre algumas ONGs australianas revelou que estas usam a Internet sobretudo para chegar aos media convencionais (jornais, rádio e televisão) e que, embora seja um meio importante, a Internet não está associada a um novo modelo de poder comunicacional.

Que discursos sobre o ambiente promovem as ONGs? A resposta tem, necessariamente, que apontar para a diversidade. Enquanto algumas ONGs recusam os modelos antropocêntricos dominantes e advogam transformações basilares ao nível da relação entre os seres humanos e a natureza, as organizações mais influentes adoptam perspectivas muito mais próximas do ‘desenvolvimento sustentável’ e mesmo da ‘modernização ecológica’. Alguns analistas consideram que as grandes ONGs têm sido ‘co-optadas’ pelo sistema político-económico vigente e que o ‘discurso

verde' se institucionalizou em múltiplas esferas com objectivos distintos (e.g. Jamison, 2001).

No seu conjunto, as empresas são responsáveis por uma enorme fasquia das emissões totais de gases de efeito de estufa. Sectores económicos como o da produção de energia eléctrica e o da extracção e comercialização de combustíveis fósseis têm aí um peso muito elevado. As grandes empresas petrolíferas, em particular, têm sido fortemente criticadas pela sua contribuição para o problema e pela resistência em agir. Na última década, os seus discursos têm sido bastante diferentes. Algumas empresas, como a Exxon e a Texaco, refutaram publicamente as alterações climáticas antropogénicas, lançando, nos EUA por exemplo, grandes campanhas de comunicação nesse sentido, associando-se aos chamados cientistas 'cépticos' e desenvolvendo acções de lobby, de que é exemplo a 'Global Climate Coalition', um grupo de empresas que procurou contrariar os planos de redução de gases com efeito de estufa (ver Sourcewatch, 2010). Outras empresas, como a BP e a Shell, procuraram redefinir a sua imagem face ao problema, orientando o seu discurso para a reconversão para as energias renováveis e outras acções mitigadoras das alterações climáticas.

Le Menestrel, van den Hove & Bettignies (2002) analisam os 'dilemas éticos' que a questão das alterações climáticas coloca à indústria petrolífera: entre a não-limitação de emissões e obtenção de maiores lucros, por um lado, e a limitação de emissões e a baixa de lucros, por outro lado. Tendo em conta vários casos concretos concluem que é possível as empresas re-perspectivarem a sua actuação tendo em conta outros tipos de avaliação de consequências e horizontes temporais mais alargados, e passarem a considerar a ética como motor de vantagem comparativa no mercado, tornando-se mais inovadoras, competitivas e socialmente responsáveis. Em contraste com esta perspectiva, Ihlen (2009) verificou que muitas das maiores empresas a nível mundial integram actualmente a questão das alterações climáticas nos seus relatórios corporativos mas afirma que '[t]here is little to suggest (...) that corporations engage in the radical rethinking of systemic problems that the situation's gravity would seem to call for'. Para muitos analistas, a inclusão de referências às alterações climáticas nas práticas de comunicação empresariais é, essencialmente, uma forma de 'greenwashing' (Greer & Bruno, 1997). Numa análise de uma série de anúncios publicitários, Linder (2006) mostrou como os produtores dos mais variados bens de consumo (de sapatos a automóveis) exercem uma inversão semiótica que transforma as alterações climáticas numa razão para consumir mais e não menos. O

‘verde’ tornou-se praticamente hegemónico no discurso corporativo e tem, frequentemente, manifestações (quase) irónicas.

Na análise do discurso de diferentes actores sociais sobre as alterações climáticas que se seguirá neste capítulo, irá procurar-se dar especial atenção aos temas do risco e da responsabilidade. Por um lado, pretende-se olhar para o modo como diferentes organizações perspectivam os impactos das alterações climáticas e até que ponto assumem posições optimistas ou pessimistas relativamente à questão. Por outro lado, ter-se-á em conta a questão da construção social da responsabilidade face às alterações climáticas. Quem são os agentes constituídos como responsáveis por mitigar o problema? Que soluções são advogadas?

A tipificação de Dryzek (1997) ajuda a organizar os discursos sobre ambiente em função de um conjunto de questões que são centrais para o presente estudo: Que formas de lidar com os problemas ambientais se promove? Que tipo de acções se advoga? Que responsabilidade se atribui a diferentes agentes, como o Estado, as empresas e os cidadãos? Dryzek identifica nove discursos-tipo. A partir dos anos 70 do século XX, a ideia da existência de limites nos recursos planetários e portanto, também, a ideia de limites ao crescimento conduziu ao *sobrevivencialismo*, um discurso negado pelo *prometeísmo*, que assenta na crença de que, tal como Prometeu, os seres humanos são capazes de alcançar progresso e crescimento económico sem fim. Para além destes discursos contrários, Dryzek organiza os discursos sobre ambiente em três grupos: discursos reformistas orientados para a resolução de problemas, discursos de sustentabilidade e discursos radicais. O primeiro grupo inclui os seguintes: *racionalidade administrativa*, um discurso que torna o Estado e os peritos técnicos nos principais agentes de resolução de problemas; *pragmatismo democrático*, que crê na mobilização dos cidadãos e de grupos sociais e na sua influência sobre os processos de decisão política; e *racionalidade económica*, que privilegia as forças de mercado na resposta a problemas ambientais. Os discursos de sustentabilidade englobam dois tipos: *desenvolvimento sustentável* e *modernização ecológica*. Ambos os discursos procuram integrar protecção ambiental, crescimento económico e justiça social, salvaguardando os direitos das futuras gerações. O discurso da *modernização ecológica* vai mais além, defendendo a ideia de que a política ‘verde’ e a tecnologia ‘verde’ podem gerar riqueza, ou seja, ganhos em duas frentes. Por fim, Dryzek aponta dois discursos que advogam mudanças radicais na forma como lidamos com os problemas ambientais: *romantismo verde* e *racionalidade verde*. O primeiro apela a uma mudança na consciência humana e o segundo considera que os problemas ambientais só serão resolvidos através de transformação estruturais e com uma política

substancialmente diferente. Procuraremos, neste capítulo, avaliar se os discursos dos actores sociais portugueses correspondem a um (ou mais) destes discursos-tipo.

3. Recolha de dados

A pesquisa aqui reportada centrou-se, essencialmente, em materiais disponíveis na Internet. Apesar de estarmos conscientes de que, com isto, não tivemos em conta muita documentação potencialmente importante para este estudo, a opção pela Internet deveu-se à maior facilidade de acesso e pode ser validada com base no argumento de que, actualmente, esta é uma ‘arena pública’ central. A ‘web’ funciona, também, como o espaço nobre de auto-apresentação e comunicação externa de qualquer organização.

‘O modo como vários tipos de actores sociais – de instituições oficiais a cidadãos individuais – representam as alterações climáticas, e os riscos e responsabilidades associadas ao problema, num espaço em que têm quase total liberdade de expressão é muito significativo. Quando comparada com outros media, a ‘web’ possibilita, de certa forma, a ‘desintermediação’ da comunicação, ou seja, um discurso ‘directo’ que, embora não equivalente à interacção face-a-face, é um bom contributo para (...) o debate e decisão informada (...).’ (Carvalho, 2007: 231).

A Internet é, portanto, uma mostra muito importante da diversidade de discursos sobre alterações climáticas que circulam nas sociedades contemporâneas. A ‘web’ é, ainda, um arquivo relativamente abrangente de documentos, pelo que nos foi possível recolher elementos produzidos ao longo de vários anos por parte de diferentes actores sociais.

As pesquisas na Internet foram realizadas nos primeiros meses de 2006 com os seguintes termos: ‘alterações climáticas’, ‘aquecimento global’, ‘efeito de estufa’ e ‘Protocolo de Quioto’. Procedeu-se à recolha de todos os documentos disponíveis na Internet de instituições como universidades, governo, empresas, organizações não-governamentais (ONGs) e outras¹⁰. Tais documentos são de natureza diversa: programas governamentais, discursos parlamentares, materiais de campanha de ONGs, etc. A tabela seguinte apresenta o volume de dados recolhidos para cada categoria de actor social.

¹⁰ Naturalmente, foram excluídos os documentos que diziam respeito a outros países onde se fala português.

Tabela 1. Número de documentos sobre alterações climáticas encontrados na Internet para diferentes categorias de actores sociais em Portugal (2006)¹¹

Tipo de actor social	Número de documentos
Associação Ambiental	100
Governo Central	78
Grupo de Interesse/Associação Profissional	30
Empresa	23
Universidade/Unidade de Investigação	21
Governo Local	7
Outro	19
Total	278

A maior parte dos documentos sobre alterações climáticas disponíveis na Internet em 2006 tinham sido produzidos por organizações não-governamentais da área do ambiente. De entre a centena de documentos colectados, 90% eram da responsabilidade da Quercus, sendo a maior parte comunicados datados entre 1999 e 2006. A visibilidade mediática da Quercus em Portugal, incomparavelmente superior à de qualquer outra ONG ambiental, poderá estar associada a uma significativa pró-actividade na disseminação das suas posições e propostas.

Dado o carácter fundacional da ciência para compreender as alterações climáticas poder-se-ia esperar um número mais elevado de documentos originários de universidades e centros de investigação. O volume de documentação recolhida poderá reflectir o facto de ser relativamente pequeno o número de investigadores sobre alterações climáticas em Portugal mas poderá também dever-se ao pouco investimento na comunicação pública por parte das instituições envolvidas.

Ao distinguirmos o governo central do governo local, pretendemos focalizar especial atenção neste último nível de decisão e ressaltar a importância das políticas locais para as alterações climáticas. O baixo número de documentos encontrados sugere que o assunto não era visto como uma prioridade por parte das autoridades locais.

¹¹ Esta tabela e os parágrafos seguintes reproduzem, com adaptações, partes do seguinte texto: Carvalho, A. & Pereira, E. (2008) 'Communicating climate change in Portugal: A critical analysis of journalism and beyond', in A. Carvalho (ed.) *Communicating Climate Change: Discourses, Mediations and Perceptions*, pp. 126-56, Braga: Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade, Universidade do Minho. E-book disponível em: http://www.lasics.uminho.pt/ojs/index.php/climate_change

Como referido por Carvalho (2007: 236), uma pesquisa realizada em Novembro de 2006 no motor de pesquisa Google com a expressão ‘alterações climáticas’ no domínio .pt, gerava cerca de 192.000 resultados. Uma busca com as palavras ‘cambio climático’ em .es apontava para cerca de 613.000 páginas ‘web’, com ‘changement climatique’ em .fr para cerca de 556.000 e com ‘climate change’ em .uk para cerca de 953.000. Tendo em conta apenas as diferenças populacionais, Portugal parecia não estar mal posicionado, pelo menos relativamente a Espanha e França, relativamente à quantidade de ‘sites’ sobre as alterações climáticas no ciberespaço. No entanto, ao compararmos os resultados obtidos nos domínios .gov.pt e .gov.uk emergia uma enorme diferença: 820 e 130.000 resultados (aproximadamente), respectivamente¹². Apesar de ter muitas limitações, este indicador sugere a existência de um envolvimento político muito distinto por parte de Portugal e do Reino Unido relativamente à questão das alterações climáticas.

4. Discursos dos actores sociais no ciberespaço

Dada a sua natureza multifacetada e a sua inerente complexidade, as alterações climáticas podem ser discursivamente construídas a partir de diferentes perspectivas e ângulos. Identificar os macro-temas privilegiados por diferentes actores sociais na sua comunicação sobre alterações climáticas pode não apenas revelar preferências e agendas mas também ajudar-nos a fazer inferências sobre os impactos dos discursos nas percepções dos cidadãos. Nesse sentido, efectuámos uma análise de conteúdo de todos os documentos recolhidos. Foram construídas três categorias macro-temáticas – ciência, economia e política/regulamentação – que cobrem a maior parte das questões presentes nos documentos, e que correspondem aos aspectos essenciais da emergência social e da gestão das alterações climáticas. Foi ainda construída uma categoria adicional para outros temas residuais.

O método empregue consistiu em determinar qual era o tema dominante em cada documento. Apesar de ter limitações (dado que nos levou a não ter em conta outros temas potencialmente presentes nalguns textos), esta opção permitiu-nos produzir uma síntese simples dos mais importantes ângulos através dos quais as alterações climáticas são socialmente construídas. O gráfico 1 mostra uma clara proeminência do

¹² No entanto, em Junho de 2010, o número de resultados para ‘alterações climáticas’ no domínio .gov.pt era de cerca de 4.890. No domínio .pt não se tinha registado grande alteração (cerca de 243.000 resultados), o que contrasta fortemente com a progressão registada no Reino Unido (cerca de 3.930.000 resultados nessa data).

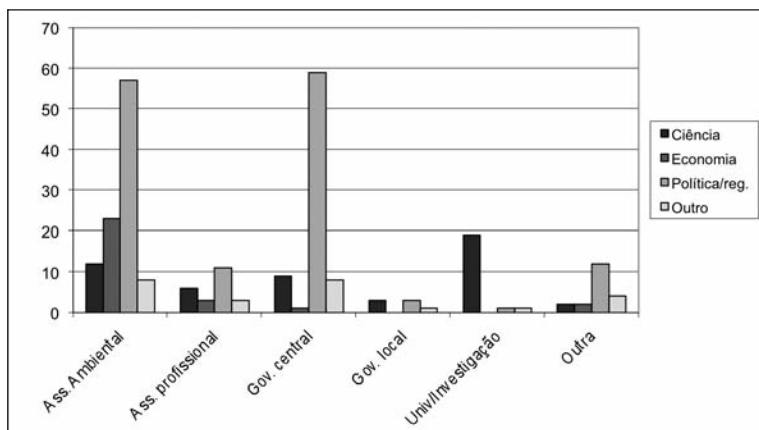


Gráfico 1: Temas presentes no discurso dos actores sociais.

tema política/regulamentação no discurso da maior parte dos actores sociais. Tendo-se as alterações climáticas tornado crescentemente uma matéria de gestão política, múltiplos actores sociais pronunciam-se regularmente sobre as opções e medidas de regulamentação. Por outro lado, é revelador o facto da dimensão económica das alterações climáticas ter, no total, quase o mesmo número de ocorrências que a dimensão científica, e o facto de corresponder a quase metade do número de documentos das ONGs ambientais que tratam do tema política/regulamentação.

No sentido de analisar de forma mais aprofundada a comunicação dos actores sociais sobre alterações climáticas foi levada a cabo uma Análise Crítica de Discurso (cf. Carvalho, 2008) em que foram tidas em conta os seguintes aspectos: temas ou objectos do discurso (à semelhança do que foi explicado nos parágrafos acima: quais os aspectos ou ângulos das alterações climáticas que foram privilegiados); actores (que actores sociais estão presentes nos textos e quais são os seus papéis); estrutura do texto (e.g. o que foi escolhido para o título e para o primeiro parágrafo) e escolhas lexicais e retóricas (e.g. metáforas). Foram também analisadas as estratégias discursivas dos vários actores sociais (i.e., como é que constroem discursivamente a realidade no sentido de gerar um determinado efeito ou alcançar um objectivo) e procurou-se identificar valores, preferências e visões do mundo ou, de modo mais geral, ideologias. A Análise Crítica de Discurso foi útil no sentido de identificar tipos de discurso com base na proposta classificatória de Dryzek (1997), que dá expressão a diferentes posições valorativas.

Começaremos por analisar o discurso do governo português, centrando posteriormente a atenção noutros actores sociais. Há que referir que, na

altura do estudo, uma pesquisa no domínio .gov.pt apontava, nas primeiras dezenas de resultados sobre alterações climáticas, quase exclusivamente para resoluções, pareceres e directivas (sobre o PNAC, a Comissão para as Alterações Climáticas, as posições do Parlamento Europeu e outras instâncias europeias, etc), o que configura um discurso tecnicista relativamente ao problema¹³ (Carvalho, 2007: 231).

‘Naturalmente, a regulamentação das emissões de gases com efeito de estufa é fundamental e é importante que tal informação esteja disponível. No entanto, para a maior parte dos cidadãos este não é um discurso facilmente compreensível ou gerador de interesse. Ao construírem maioritariamente as alterações climáticas como uma questão de gestão técnico-administrativa, os ‘sites’ governamentais excluem o cidadão comum do discurso político sobre o problema. Para além deste tipo de páginas ‘web’, o governo disponibiliza ‘notícias’ e discursos políticos sobre as alterações climáticas, que em muitos casos também se referem a medidas de gestão, e portanto indiciam o mesmo tipo de racionalidade. Tais documentos parecem, também, servir uma estratégia promocional.’ (ibid.: 231-2)

O discurso do governo português sobre alterações climáticas tende a encaixar-se numa ou mais de três categorias propostas por Dryzek (1997): *racionalidade administrativa*, *racionalidade económica* e uma versão neo-liberal de *modernização ecológica*. O excerto seguinte da ‘Resolução do Conselho de Ministros n.º 59/2001’, sobre a aprovação da ‘estratégia para as alterações climáticas’, oferece-nos algumas pistas sobre a posição do governo:

‘(...) o Estado Português está determinado a honrar os seus compromissos internacionais, ao mesmo tempo que assume o seu papel indissociável de agente regulador das acções que importa sejam assumidas pelos diferentes sectores de actividade e pelos cidadãos, mantendo presente a preocupação de reduzir ao mínimo indispensável os eventuais impactes negativos sobre a sociedade no seu todo.’ (Conselho de Ministros, 2001).

¹³ O ‘site’ do Instituto do Ambiente (www.iambiente.pt; acesso em 20 de Outubro de 2006) trata o tema das alterações climáticas em quatro submenus: ‘Programa Europeu para as Alterações Climáticas’; ‘Programa Nacional para as Alterações Climáticas (PNAC)’; ‘Inventário Nacional de Emissões de GEE’; e ‘Terceira Comunicação Nacional’. Mesmo neste organismo, o discurso é exclusivamente sobre regulamentação (ou gestão política) do problema e predominantemente ‘técnico’, faltando uma análise integrada da questão das alterações climáticas.

A acção face às alterações climáticas é aqui construída como um compromisso externo ao país ('compromissos internacionais'). O governo emprega uma estratégia de auto-posicionamento como regulador (passivo) das acções de outros. Não faz qualquer tentativa para envolver discursivamente a sociedade em relação ao projecto de mitigação das alterações climáticas mas enfatiza que o bem-estar da sociedade não deverá ser afectado por acções que tenham esse objectivo, assim sugerindo que tais acções têm impactos potencialmente negativos. Há aspectos de *racionalidade administrativa* e sobretudo de *racionalidade económica* neste discurso.

Na Primavera de 2003, houve duas tomadas de posição sobre política energética dignas de nota. A 13 de Março de 2003, o governo apresentou as 'Orientações da Política Energética Portuguesa' e a 3 de Abril anunciou publicamente decisões sobre alterações ao mercado de energia. A 'liberalização do mercado' foi apresentada como primeiro objectivo (Conselho de Ministros, 2003) sendo salientados os 'benefícios para o consumidor' (Ministério das Finanças/Ministério da Economia, 2003).

O governo defendia que as suas decisões reforçariam a posição do sector energético português e melhorariam a competitividade das empresas nacionais (Conselho de Ministros, 2003). A 'política energética portuguesa', dizia-se, 'assentava sobre três eixos estratégicos: assegurar a segurança do abastecimento nacional; fomentar o desenvolvimento sustentável; promover a competitividade nacional.' (ibid.) Num estilo típico do discurso de *racionalidade económica*, a retirada do Estado do sector da energia era apresentada como desejável e o governo construído como um facilitador do mercado livre.

A apresentação pública do 'pacote' legislativo intitulado 'Vencer na economia do carbono', a 20 de Janeiro de 2005, funcionou como contexto para o lançamento de ideias claramente associadas a um discurso de *modernização ecológica*. As alterações climáticas foram apresentadas como uma oportunidade para transformar Portugal num vencedor na economia do carbono (Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território, 2005). Por outras palavras, poder-se-ia afirmar que a degradação ambiental surge, neste discurso, como uma oportunidade para ganhar dinheiro.

'Ao nível do poder local, a 'web' portuguesa é um extenso espaço de silêncio relativamente ao problema das alterações climáticas' (Carvalho, 2007: 232). Em Junho de 2006, apenas foram encontradas referências à questão nos 'sites' de seis Câmaras Municipais – Almada, Arraiolos, Gaia, Lisboa, Porto, Seixal¹⁴. Com a excepção de Almada, as autoridades municipi-

¹⁴ Almada: <http://www.m-almada.pt/website/main.php?id=4601>; Arraiolos: http://www.cm-arraiolos.pt/informacao_municipal/2005/janeiro2005_completo.htm; Gaia: <http://www.energaia.pt/matriz/gee1.php>; Lisboa: <http://e-polen.cm-lisboa.pt/Junho2006.htm>; Porto: <http://www.cm-porto.pt:8081/ambiente/evtecnicos.htm>; Seixal: http://www3.cm-seixal.pt/CMSEIXAL/AMBIENTE/AR/Navegacao_Secundaria/QUALIDADE/ (acesso em 11 de Junho de 2006).

país não apresentavam qualquer informação sobre políticas municipais desenvolvidas ou a desenvolver relativamente a este problema que, tendo um impacto global, tem origem local¹⁵. Em particular, a ausência de reflexão no ‘site’ da Câmara Municipal de Lisboa (até à data da pesquisa) sobre as possibilidades de acção local é profundamente surpreendente dada a dimensão populacional, o nível de utilização de transportes e outras formas de consumo de energia na região. Há uma multiplicidade de políticas municipais que são, directa ou indirectamente, geradoras de gases de efeito de estufa, como as opções de uso do solo, a construção de estradas e outros estímulos directos ou indirectos à utilização do automóvel.

No conjunto das organizações não-governamentais que operam na área do ambiente, a Quercus é, como referido acima, aquela que tem mais documentos sobre alterações climáticas no seu ‘site’. A Quercus parece dirigir-se essencialmente aos media, já que a grande maioria dos seus textos são comunicados. Em termos de temas, a vertente da regulamentação das alterações climáticas é dominante. Ao contrário do que se poderia esperar, à época da pesquisa, a estrutura do ‘site’ da Quercus¹⁶ não conduzia à questão das alterações climáticas já que as rubricas em que este se organizava não contemplavam tal tema. Seria necessário percorrer os comunicados ou fazer uma pesquisa com a expressão ‘alterações climáticas’ para se abrir o caminho para as informações e tomadas de posição que a Quercus ia produzindo sobre o tema. Uma outra apresentação da informação – mais estruturada, sistemática e, ao mesmo tempo, dinâmica (o que, obviamente, não excluiria os comunicados) – seria certamente muito útil para um cidadão ou uma organização interessada na questão¹⁷ (Carvalho, 2007: 232). Os ‘sites’ das outras organizações não-governamentais de vocação ambiental, como a Liga para a Protecção da Natureza e o GAIA¹⁸, também não ofereciam uma análise integrada do problema das alterações climáticas, apostando nas tomadas de posição ocasionais sobre aspectos específicos¹⁹. O GEOTA²⁰ tinha alguma informação ‘de fundo’ sobre o problema mas muito escassa e não actualizada.

¹⁵ A Câmara Municipal de Almada dava conta da substituição de parte da frota automóvel da Câmara por veículos híbridos, como forma de reduzir as emissões de gases com efeito de estufa: http://www.apve.pt/upload/docs/convite_cma.pdf (acesso em 11 de Junho de 2006).

¹⁶ www.quercus.pt (acesso em 18 de Outubro de 2006).

¹⁷ Algumas das campanhas que a Quercus promove, como a ‘Ecocasa’ (www.ecocasa.org), têm um potencial impacto no combate ao problema das alterações climáticas. No entanto, a Quercus opta por não fazer uma ligação expressa entre a campanha e o problema.

¹⁸ LPN: www.lpn.pt (acesso em 19 de Outubro de 2006); GAIA – Grupo de Acção e Intervenção Ambiental: gaia.org.pt (acesso em 19 de Outubro de 2006).

¹⁹ Como exemplo de uma alternativa de representação das alterações climáticas nos ‘sites’ de organizações ambientais veja-se <http://www.foe.co.uk/campaigns/climate/index.html> (acesso em 19 de Outubro de 2006).

²⁰ GEOTA – Grupo de Estudos de Ordenamento do Território e Ambiente: www.geota.pt (acesso em 19 de Outubro de 2006).

Atentemos agora às construções discursivas da problemática por parte das ONGs. Nos documentos que recolhemos, a Quercus não propunha alterações sociais radicais para lidar com as alterações climáticas. Tendia a adoptar um discurso que cruza a *racionalidade administrativa* com a *modernização ecológica*. Uma análise dos seus comunicados revela que constitui o governo no seu principal interlocutor, ao qual apela para definir limites mais apertados para as emissões de gases com efeito de estufa ou melhor implementar as políticas definidas para a questão. A Quercus denuncia frequentemente problemas associados ao desempenho governamental e recomenda determinados cursos de acção. A sua promoção de formas de regulamentação política, por exemplo através da introdução de uma taxa de carbono aplicada a todos os usos de energia, indicia um discurso de *racionalidade administrativa*. Para além do mais, a Quercus sanciona o poder das organizações intergovernamentais e do direito internacional para reduzir as emissões de gases com efeito de estufa. A Comissão Europeia, por exemplo, é frequentemente mencionada no discurso da Quercus, sendo normalmente construída como uma referência em termos de política ambiental no sentido de fazer pressão sobre o governo nacional. Por exemplo, um comunicado conjunto da Quercus e de quatro outras ONGs ambientais datado de 1 de Abril de 2004 apontava o facto de que, uma vez que o Plano Nacional de Atribuição de Licenças de Emissão de CO₂ 2005/2007 não significava qualquer redução nas emissões projectadas e dava sinais ao mercado que eram contrários à necessidade de eficiência energética, as ONGs não tinham alternativa senão apresentar uma queixa à Comissão Europeia contra o governo português (GAIA/GEOTA/LPN/Quercus/CPADA, 2004). O título do documento, ‘Alterações Climáticas: Plano Português Dá Licença para Emitir’, fazia uma analogia com o filme de James Bond, sendo um claro dispositivo retórico. Noutro documento, a Quercus defendia que as reduções de emissões não deveriam ser vistas como ‘uma mera obrigação, mas acima de tudo como uma oportunidade de tornar a nossa economia mais eficiente e portanto mais competitiva’ (Quercus, 2003), uma perspectiva típica da *modernização ecológica*. No entanto, a análise que a Quercus fazia do desempenho português não era optimista: por exemplo, a 31 de Janeiro de 2006 afirmava que a revisão do Plano Nacional para as Alterações Climáticas mostrava a ‘incapacidade’ de Portugal implementar medidas para cumprir as obrigações assumidas no âmbito do Protocolo de Quioto e que o país tinha ‘perdido credibilidade’ (Quercus, 2006).

Foram identificadas referências às alterações climáticas nos ‘sites’ de várias organizações ligadas a interesses económicos, como a CONFAGRI (Confederação das Cooperativas Agrícolas e do Crédito Agrícola de

Portugal), o IAPMEI (Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e ao Investimento) e a AEP (Associação Empresarial de Portugal)²¹, e nos de algumas empresas. Na altura em que efectuámos a pesquisa, o ‘site’ da CONFAGRI era o primeiro resultado que surgia no motor de pesquisa Google para a expressão ‘alterações climáticas’. De todos os ‘sites’ portugueses que consultámos, era aquele que disponibilizava mais informação sistematizada, embora numa linguagem algo técnica e não aludindo à questão da responsabilidade face ao problema (Carvalho, 2007: 233). As páginas ‘web’ de outras organizações da área económica referiam-se predominantemente às alterações climáticas a propósito de questões de regulamentação e nalguns casos para assumir uma posição defensiva relativamente à redução das emissões de gases com efeito de estufa²². Em finais de 2006, eram poucas as empresas que se referiam ao problema e às suas práticas relacionadas com o mesmo²³(ibid.).

A nossa análise sugere que, à época da pesquisa, a investigação portuguesa sobre alterações climáticas tinha uma visibilidade relativamente baixa nos ‘sites’ das instituições onde era conduzida. Uma importante excepção a tal era o projecto SIAM (‘Climate Change in Portugal: Scenarios, Impacts and Adaptation Measures’), liderado por Filipe Duarte Santos, da Universidade de Lisboa, e desenvolvido em duas fases (desde 1999) com a participação de cerca de 40 investigadores. Para além duma breve descrição do projecto, o ‘site’²⁴ disponibilizava vários documentos para ‘download’. Porém, o ‘site’ nada dizia sobre as conclusões do projecto – que são, obviamente, a informação que mais poderá interessar aos cidadãos (bem como a públicos específicos). Fazendo o ‘download’ e lendo os capítulos do relatório da Fase 1 e as apresentações, em formato Powerpoint, dos estudos sectoriais da Fase 2, poder-se-ia conhecer alguns aspectos de tais conclusões. Contudo, estes formatos não são, claramente, os mais adequados para um público não especialista aceder à informação (Carvalho, 2007: 231). À parte o SIAM, nos ‘sites’ das universidades, institutos e laboratórios portugueses, a investigação relevante para a questão das alterações climáticas tinha muito pouco destaque²⁵.

Eram raras as referências à investigação portuguesa sobre alterações climáticas nos ‘sites’ dos vários actores sociais, o que configura uma

²¹ www.confagri.pt; www.iapmei.pt; www.aeportugal.pt (acesso em 19 de Outubro de 2006).

²² Veja-se, por exemplo, <http://www.aeportugal.pt/Inicio.asp?Pagina=/Aplicacoes/Noticias/Noticia&Codigo=4052> (acesso em 14 de Junho de 2006).

²³ A EDP encontrava-se entre as poucas excepções: <http://www.edp.pt/EDPI/Internet/PT/Group/Sustainability/ClimaticChange/default.htm> (acesso em 20 de Novembro de 2006).

²⁴ www.siam.fc.ul.pt (acesso em 15 de Outubro de 2006).

²⁵ Em Janeiro de 2006, pouco mais se encontrava do que referências a conferências ou exposições sobre o tema (e.g., <http://infociencias.fc.ul.pt/noticia.aspx?id=2754&info=150&seccao=universidade>; acesso em 25 de Janeiro de 2006).

deficiência de interdiscursividade na ‘web’ nacional. Havia poucas referências ao SIAM e praticamente nenhuma a outros estudos ou projectos nacionais²⁶. Assim, ‘quase nada se diz sobre Portugal enquanto agente de causalidade das alterações climáticas ou sobre os impactos que o problema poderá estar a ter e terá em Portugal, o que seria uma importante forma de tornar o problema ‘real’ para os portugueses.’ (Carvalho, 2007: 231) À semelhança do que acontece noutras práticas discursivas (como discutido noutros capítulos deste livro), as alterações climáticas são construídas como um problema ‘global’ e portanto difuso e distante (ibid.).

Finalmente, há a referir os discursos sobre alterações climáticas presentes em ‘blogs’ da autoria de cidadãos portugueses. Identificámos múltiplos ‘blogs’ orientados para as questões ambientais em geral e que incluíam ocasionalmente ‘posts’ sobre este problema específico. Outros, porém, centram-se expressamente sobre a questão das alterações climáticas. É o caso de ‘Mitos climáticos’²⁷, um ‘blog’ de Rui G. Moura que se dedicava a denunciar aquilo que o autor considerava como falsas ideias sobre o clima e sua mudança²⁸. O movimento ‘céptico’ tinha também expressão em ‘blogs’ como ‘Blasfémias’, ‘O Insurgente’ e alguns outros²⁹. Procurando balizar o panorama mais recente do ‘negacionismo’ na blogosfera, efectuámos novas pesquisas em 2010 que deram conta de uma

²⁶ Em universidades e instituições de investigação, as referências ao SIAM eram sobretudo em forma de notícia sobre o lançamento dos resultados do projecto ou entrevistas ao seu coordenador e, por isso, encontravam-se já em páginas de arquivo (e.g.: <http://infociencias.fc.ul.pt/noticia.aspx?id=1594&info=137&seccao=directo>, acesso em 17 de Outubro de 2006). Entre as raras excepções estavam os dois seguintes ‘sites’ ‘permanentes’: <http://www.fc.ul.pt/sites/aidd/projectos.html> e <http://www.isa.utl.pt/def/gemf/siam.htm> (acesso em 17 de Outubro de 2006). Da parte de outros ‘actores sociais relevantes’ também quase não havia referências ao SIAM. O Portal das Energias Renováveis (<http://www.energiasrenovaveis.com/html/canaais/noticias/noticias0704.asp>; acesso em 17 de Outubro de 2006) e a empresa RA+ Soluções térmicas (http://www.raplus.pt/310106_2.htm; acesso em 17 de Outubro de 2006) estavam entre as poucas excepções que identificámos. No ‘site’ da CONFAGRI eram formuladas críticas à informação divulgada sobre o SIAM: ‘Sem muita divulgação e com o relatório apenas disponível por cobrança, resta o acesso livre digital aos cidadãos de apenas algumas das apresentações’ (<http://www.confagri.pt/Ambiente/AreasTematicas/AltClimaticas/Documentos/doc35.htm>, acesso em 17 de Outubro de 2006). Nos ‘sites’ dos organismos públicos e, em particular nos organismos ligados à ciência, a investigação (quer portuguesa quer estrangeira) sobre as alterações climáticas não tinha expressão. Por exemplo, nas páginas do programa Ciência Viva em Junho de 2006, encontrava-se apenas um documento sobre alterações climáticas: <http://www.cienciaviva.pt/divulgacao/colquios/ss/> (acesso em 7 de Junho de 2006).

²⁷ <http://mitos-climaticos.blogspot.com> (acesso em 20 de Novembro de 2006).

²⁸ Pouca informação era disponibilizada sobre Rui G. Moura. Um artigo disponível em <http://www.aguaoonline.co.pt/arquivo/opinio/panicoclimatico.htm> (acesso em 19 de Outubro de 2006) identificava-o como ‘Engenheiro. Mestrado em Climatologia’.

²⁹ Blasfémias: <http://blasfemias.net>; O Insurgente: <http://oinsurgente.org> (acesso em 17 de Novembro de 2006). Ver também Quarta República: <http://quartarepublica.blogspot.com/2006/11/ainda-problemtica-das-alteraes.html> e Clima Louco: <http://climalouco.blogspot.com/2006/01/alteraes-climticas-ou-variabilidade.html> (acesso em 17 de Novembro de 2006)

significativa proliferação de tais posições³⁰. Naturalmente, há também vários ‘blogs’ que dão conta do conhecimento produzido pela comunidade científica internacional³¹, mas parece existir uma grande assimetria entre o consenso científico sobre o problema e a sua expressão na ‘blogosfera’ nacional.

5. Conclusões

Neste capítulo, procurou-se analisar o discurso de vários tipos de actores sociais portugueses sobre alterações climáticas. Recorrendo à documentação disponível na Internet, mostrou-se que, à época da pesquisa, eram as associações ambientais o tipo de entidade mais pró-activa na comunicação sobre a questão. Esta categoria de actor era, porém, dominada claramente por uma ONG – a Quercus – o que remove a diversidade de perspectivas e propostas de organismos cívicos que seria desejável. No seu discurso, a Quercus constituía o governo no principal responsável por lidar com as alterações climáticas, o que deveria ser feito através de medidas políticas (*racionalidade administrativa*) com um potencial para revitalizar a economia (*modernização ecológica*) (Dryzek, 1997).

O governo central disponibilizava na Internet sobretudo resoluções, pareceres e directivas relacionadas com as alterações climáticas, o que configurava um discurso tecnicista. As alterações climáticas eram ‘pensadas’ pelo governo em termos que oscilavam entre a *racionalidade administrativa*, a *racionalidade económica* e a *modernização ecológica*. Implicitamente, sugeria-se que o problema era passível de resolução (ou pelo menos de gestão) pelo governo, através de medidas compatíveis com as lógicas do mercado que poderiam, até, produzir ganhos económicos significativos. Ao nível da governação local, as alterações climáticas eram largamente ignoradas, quase não existindo referências à questão no espaço digital dos municípios.

As empresas portuguesas e outras entidades ligadas a sectores profissionais dedicavam também muito pouca atenção à problemática das alterações climáticas. Ao contrário de outros países, em Portugal, as empresas e os representantes de interesses económicos não negam normalmente a problematidade das alterações climáticas ou a sua origem

³⁰ Por exemplo: Falar do Tempo: <http://falardotempo.blogspot.com/>; Ecotretas: <http://ecotretas.blogspot.com/>; Fiel Inimigo: <http://fiel-inimigo.blogspot.com/>; Pontas Soltas: <http://www.pontassoltas.com/> Acesso em 7 de Junho de 2010.

³¹ Por exemplo: Ambio: <http://ambio.blogspot.com/>; Futuro comprometido: <http://future-atrisk.blogspot.com/>; Desertos e desertificação: <http://desertosedesertificacao.blogspot.com/>. Acesso em 7 de Junho de 2010.

antropogénica. Do mesmo modo, não foram identificadas práticas de ‘negacionismo’ nos ‘sites’ de instituições públicas ou privadas. Tais posições resumem-se a ‘blogs’ de indivíduos (ou de pequenos grupos de pessoas), devendo-se no entanto notar que o seu número tem vindo a aumentar consideravelmente nos últimos anos.

As instituições ligadas à investigação científica demonstraram ter, igualmente, um nível relativamente baixo de actividade na comunicação sobre alterações climáticas. A comunidade científica limita a sua intervenção discursiva a questões técnico-científicas e evita referir-se às opções de acção para lidar com o problema. Foram encontradas muito poucas referências à investigação portuguesa sobre alterações climáticas nos ‘sites’ dos vários actores sociais, encontrando-se pouca informação sobre o contributo de Portugal para o problema e sobre os seus impactos previsíveis. A responsabilidade e vulnerabilidade nacionais eram raramente discutidas. As alterações climáticas eram essencialmente construídas como um problema ‘global’ e, portanto, difuso e distante.

O quadro analítico aplicado às alterações climáticas por parte de todos os actores sociais aqui tidos em conta corresponde aos discursos do *desenvolvimento sustentável* e da *modernização ecológica*, que avançam soluções tecno-científicas para a degradação ambiental e priorizam o crescimento económico. Registou-se uma completa ausência de discursos mais radicais ou transformadores. O discurso do *desenvolvimento sustentável*, por ser conciliatório e integrador, tende a disciplinar o campo discursivo, aniquilando o espaço para a oposição.

Relativamente aos riscos associadas às alterações climáticas, o discurso dos actores sociais, com a excepção relativa das ONGs ambientais, caracteriza-se predominantemente pelo optimismo moderado. Enquanto o governo promove, como vimos, a resolução das alterações climáticas através de regulação e medidas económicas, os restantes actores evitam análises dramáticas do problema. Encontram-se muito poucas referências aos riscos das alterações climáticas nos documentos dos actores sociais portugueses disponíveis na Internet: por exemplo, os cientistas parecem por vezes ser excessivamente cautelosos na comunicação sobre os seus potenciais impactos. Por seu lado, as ONGs fazem uma avaliação negativa do desempenho do governo (e, portanto, da sua capacidade de lidar com o problema) embora evitem leituras fatalistas das alterações climáticas.

Este capítulo tem duas limitações principais. Por um lado, o facto de que a documentação analisada foi recolhida em 2006 significa que existe a possibilidade de se terem registado alterações significativas nos discursos dos actores sociais. Por outro lado, como referido anteriormente, a análise aqui apresentada cingiu-se a documentos disponíveis na ‘web’, pelo que foi

condicionada pela decisão das diferentes entidades colocarem, ou não, conteúdos sobre a questão das alterações climáticas online; acima, foram já apresentadas razões que justificam esta decisão e que se prendem com a centralidade crescente da Internet nas práticas comunicativas dos actores sociais. Apesar destas limitações, este capítulo ofereceu um conjunto de pistas para reflectir sobre o modo como a questão das alterações climáticas tem sido (re)construída discursivamente na sociedade portuguesa.

Por fim, apresenta-se uma breve reflexão sobre a utilização que os actores sociais fazem da Internet. Por parte do governo e das associações ambientais (sendo certo que se trata aqui, essencialmente, da Quercus), a ‘web’ parece ser usada essencialmente como veículo de auto-legitimação e/ou de auto-promoção orientada para os media (como sugerido pelo investimento significativo na produção de comunicados e notícias). Como também apontado por Neto (2008), num estudo sobre as organizações ambientais portuguesas, a utilização da Internet não esteve associada a transformações estruturais no modo de funcionamento ou nas práticas de comunicação, sendo que os fins prosseguidos mantiveram-se basicamente os mesmos que com tecnologias anteriores. O potencial dialógico e democratizador da Internet, glorificado por alguns analistas (e.g. Gimmler, 2001) não se terá materializado em Portugal relativamente à questão das alterações climáticas e aos enormes desafios que coloca para a vida social e política.

‘[A] ‘web’ portuguesa disponibiliza pouca informação para leigos sobre a complexa problemática das alterações climáticas, ... O que é dito na ‘web’ por parte de instituições que o cidadão poderia considerar relativamente credíveis (universidades, organismos de Estado, organizações não-governamentais) é predominantemente ‘técnico’, requerendo conhecimentos e competências específicos prévios [e] (...) falta no ciberespaço português a análise integrada das várias opções de acção e de inacção.’ (Carvalho, 2007: 234-35).

Em suma, ‘o discurso técnico-gestor dominante não promove uma cultura de cidadania activa e de participação política efectiva’ nem ‘contribui para uma governação democrática do problema’ (ibid.: 235).

Referências bibliográficas

- Beck, U. (1992) *Risk Society: Towards a New Modernity*, London: Sage.
- Carvalho, A. (2005) 'Representing the politics of the greenhouse effect. Discursive strategies in the British media', *Critical Discourse Studies* 2 (1): 1-29.
- Carvalho, A. (2007) 'As alterações climáticas no ciberespaço português: Mediações dos saberes e dos poderes', *Revista de Comunicação e Linguagens* 38: 253-63.
- Carvalho, A. (2008) 'Media(ted) discourse and society: Rethinking the framework of Critical Discourse Analysis', *Journalism Studies* 9 (2): 161-77.
- Carvalho, A. & Pereira, E. (2008) 'Communicating climate change in Portugal: A critical analysis of journalism and beyond', in A. Carvalho (ed.) *Communicating Climate Change: Discourses, Mediations and Perceptions*, pp. 126-56, Braga: Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade, Universidade do Minho. . E-book disponível em: http://www.lasics.uminho.pt/ojs/index.php/climate_change
- Cartea, P. A. M. & Blanco M. A. (2008) 'La representación del cambio climático en la sociedad española: De la conciencia a la acción', *Seguridad y Medio Ambiente* 109: 30-47.
- Conselho de Ministros (2001) 'Resolução do Conselho de Ministros n.º 59/2001', http://www.igf.min-financas.pt/inflegal/bd_igf/bd_legis_geral/Leg_geral_docs/RCM_059_2001.htm, acesso a 20 de Março de 2010.
- Conselho de Ministros (2003) 'Resolução que Aprova as Orientações da Política Energética Portuguesa – Resolução do Conselho de Ministros n. 63/2003', http://www.portugal.gov.pt/pt/GC15/Governo/Ministerios/MEc/Documentos/Pages/20030313_MEc_Doc_Politica_Energetica.aspx, acesso a 20 de Março de 2010.
- Dryzek, J. (1997) *The Politics of the Earth: Environmental Discourses*. Oxford: Oxford University Press.
- Ereaut, G. & Segnit, N. (2006) *Warm Words: How are We Telling the Climate Story and Can We Tell it Better?* London: Institute for Public Policy Research.
- Gimmler, A. (2001) 'Deliberative democracy, the public sphere and the Internet', *Philosophy & Social Criticism* 27 (4): 21-39.
- Gitlin, T. (1980) *The Whole World is Watching. Mass Media in the Making and Unmaking of the New Left*, Berkeley, CA: University of California Press.
- Gough, C. & Shackley, S. (2001) 'The respectable politics of climate change: the epistemic communities and NGOs', *International Affairs* 77 (2): 329-46.
- Greer, J. & Bruno, K. (1997) *Greenwash: The Reality Behind Corporate Environmentalism*, New York: Apex Press.
- Hajer, M. (1995) *The Politics of Environmental Discourse. Ecological Modernization and the Policy Process*, Oxford: Clarendon Press.
- Hannigan, J. (1995) *Environmental Sociology. A Social Constructionist Perspective*, London & New York: Routledge.
- Ihlen, O. (2009) 'Business and climate change: The climate response of the world's 30 largest corporations', *Environmental Communication: A Journal of Nature and Culture* 3 (2): 244-62.
- Jamison, A. (2001) *The Making of Green Knowledge. Environmental Politics and Cultural Transformation*, Cambridge: Cambridge University Press.
- Jasanoff, S. (1990) *The Fifth Branch: Science Advisers as Policymakers*, Cambridge, MA & London: Harvard University Press.
- Lahsen, M. (2008) 'Experiences of modernity in the greenhouse: A cultural analysis of a physicist "trio" supporting the backlash against global warming', *Global Environmental Change* 18: 204-19.
- Le Menestrel, M., van den Hove, S. & Bettignies, H. (2002) 'Processes and consequences in business ethical dilemmas: The oil industry and climate change', *Journal of Business Ethics* 41: 251-66.
- Lester, L. & Hutchins, B. (2009) 'Power games: environmental protest, news media and the internet', *Media, Culture & Society* 31(4): 579-95.

- Litfin, K. (2000) 'Environment, wealth and authority: Global climate change and emerging modes of legitimization', *International Studies Review* 2(2): 119-48.
- Linder, S. (2006) 'Cashing-in on risk claims: On the for-profit inversion of signifiers for "global warming"', *Social Semiotics*, 16 (1): 103-32.
- Luke, T. (1995) 'Sustainable development as a power/knowledge system: The problem of 'governmentality'', in F. Fischer & M. Black (eds.), *Greening Environmental Policy: The Politics of a Sustainable Future*, pp. 21-32, London: Paul Chapman.
- McCright, A. & Dunlap, R. (2003) 'Defeating Kyoto: The conservative movement's impact on U.S. climate change policy', *Social Problems* 50 (3): 348-73.
- Ministério das Finanças/Ministério da Economia (2003) 'Proposta de Reestruturação do Sector Energético Português', http://www.portugal.gov.pt/pt/GC15/Governo/Ministerios/MF/Documentos/Pages/20030403_Gov_Doc_Sector_Energetico.aspx, acesso em 20 de Março de 2010.
- Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território (2005) 'Sessão Pública de Apresentação do Pacote Legislativo Alterações Climáticas 'Vencer na Economia do Carbono'', http://www.pcm.gov.pt/pt/Documentos/Governo/MAOTDR/PNAC_Portugal_Alteracoes_Climaticas.pdf, acesso a 20 de Março de 2010.
- Neto, P. P. (2008) 'Internet-driven changes in environmental NGO action', *TripleC – Cognition, Communication, Co-operation* 1 (i): 125-33.
- Olausson U. (2009) 'Global warming—global responsibility? Media frames of collective action and scientific certainty', *Public Understanding of Science* 18(4): 421-36.
- Oreskes, N. & Conway, E. (2010) *Merchants of Doubt: How a Handful of Scientists Obscured the Truth on Issues from Tobacco Smoke to Global Warming*, New York: Bloomsbury Press.
- Quercus (2003) 'Alterações Climáticas - Portugal em Relação ao Mundo e à União Europeia em Termos de Emissões', <http://quercus.sensocomum.pt/pages/defaultArticleViewOne.asp?storyID=256>, acesso a 24 de Janeiro de 2006.
- Quercus (2006) 'Alterações Climáticas - Novo PNAC Mostra Incapacidade de Portugal na Implementação de Medidas para Cumprir Quioto, a Menos de 2 Anos do Prazo', <http://quercus.sensocomum.pt/pages/defaultArticleViewOne.asp?storyID=1520>, acesso a 6 de Fevereiro de 2006.
- Ringius, L. (1997) 'Environmental NGOs and regime change: The case of ocean dumping of radioactive waste', *European Journal of International Relations* 3 (1): 61-104.
- Roe, E. (1994) *Narrative Policy Analysis. Theory and Practice*, Durham & London: Duke University Press.
- Russill, C. (2008) 'Tipping point forewarnings in climate change communication: Some implications of an emerging trend', *Environmental Communication: A Journal of Nature and Culture* 2 (2): 133-53.
- Sampei Y. & Aoyagi-Usui, M. (2009) 'Mass-media coverage, its influence on public awareness of climate change issues, and implications for Japan's national campaign to reduce greenhouse gas emissions', *Global Environmental Change* 19: 203-12.
- Shackley, S. & Wynne, B. (1996) 'Representing uncertainty in global climate change science and policy: Boundary-ordering devices and authority', *Science, Technology & Human Values* 21(3): 275-302.
- Sourcewatch (2010) 'Global Climate Coalition', http://www.sourcewatch.org/index.php?title=Global_Climate_Coalition, acesso a 27 de Março de 2010.
- Weingart, P., Engels, A. & Pansegrau, P. (2000) 'Risks of communication: discourses on climate change in science, politics, and the mass media', *Public Understanding of Science* 9: 261-83.
- World Commission on Environment and Development (1987) *Our Common Future*, Oxford: Oxford University Press.
- Zehr, S. (2000) 'Public representations of scientific uncertainty about global climate change', *Public Understanding of Science* 9: 85-103.